

HABITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE URBANA

Teresinha Maria Gonçalves¹

Resumo

Este artigo é um relato e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre duas pesquisas realizadas pela autora em dois bairros da cidade de Criciúma-SC, sul do Brasil, na perspectiva da Psicologia Ambiental. A primeira: o *processo de apropriação do espaço pelos modos de morar e habitar o lugar* realizada entre 2002-2006 e a segunda: *as calçadas como espaços públicos da cidade de Criciúma-SC* realizada em 2007. Os *objetivos* foram investigar o processo de morar e habitar e a apropriação das calçadas como espaços públicos. As pesquisas foram com abordagem qualitativa, cujo *método* utilizado foi o *estudo de caso*. As amostras foram constituídas por 10 moradores de cada bairro e o critério de escolha dos entrevistados foi o de tempo de moradia. A representatividade da amostra não é dada por dados estatísticos mas sim pelo rigor metodológico e profundidade da análise. As técnicas de coleta de

URBAN HOUSING AND SUSTAINABILITY

Teresinha Maria Gonçalves¹

Abstract

This article is a report and comment on two researches conducted by the author herself in two districts of the city of Criciúma-SC, southern Brazil, from the environmental psychology perspective. The first one was on the process of appropriation of space by means of living and inhabiting the place, carried out from 2002 to 2006, and the second one deals with sidewalks as city of Criciúma-SC's public spaces, carried out in 2007. The objectives were to investigate the process of living and inhabiting, and the appropriation of sidewalks as public spaces. The researches were qualitative and based on case studies. The samples came from 10 residents from each neighborhood and they were chosen for the interviews based on time of living in the area criterion. The representativeness of the sample is not given by statistical data but by the methodological rigor and depth of analysis.

dados foram a observação sistemática, diário de campo, entrevistas e narrativas com os moradores e registros etnográficos. A hipótese implícita está na noção de apropriação. Ou seja, a pessoa só se apropria do lugar identificando-se com ele. A casa apropriada é um fator de sustentabilidade urbana na medida em que o sujeito a incorpora contextualizada no entorno.

PALAVRAS-CHAVE: HABITAÇÃO, SUSTENTABILIDADE URBANA, APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, RELAÇÕES IDENTITÁRIAS

Data Recepção: 27.11.08
Data Aceitação: 30.03.09

-
- 1 Brasileira e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Possui mestrado em Psicologia Social e Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Sua produção científica está voltada para o ambiente urbano, a produção da subjetividade e construção da identidade. A ciência pela qual iniciou o diálogo interdisciplinar foi a Psicologia Ambiental. É docente do Mestrado em Ciências Ambientais, dos cursos de Psicologia e Arquitetura/Urbanismo, coordena o Laboratório de Pesquisa em Meio Ambiente e Espaço Urbano e Psicologia Ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC de Criciúma – SC – Brasil. Correio eletrônico: tmg@unesc.net

The data collection techniques were systematic observation, a field diary, interviews and residents narratives and ethnographic records. The assumption is implicit in the notion of ownership. People only belong to a place when they identify themselves with it. A house ownership becomes a variable of urban sustainability when the subject incorporates contextualized in its surroundings.

KEY-WORDS: HOUSING; URBAN SUSTAINABILITY; OWNERSHIP OF SPACE; IDENTITY PROCESSES.

Received: 27.11.08
Accepted: 30.03.09

-
- 1 Brazilian and Universidade do Extremo Sul Catarinense professor. Máster's in Social Psychology and PhD. in Urban Environment Development interdisciplines. Her research line is in urban environment and identity development. Science that began and interdisciplinary dialogue in Environmental Psychology. She teaches Environment Science, two Psychology and Urban Architecture course, coordinates the Environment Inquiries Lab and Urban Space and Environment Psychology of the Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC de Criciúma – SC – Brasil. Email: tmg@unesc.net

INTRODUÇÃO

Este artigo traz a discussão sobre os resultados de duas pesquisas realizadas na cidade de Criciúma no estado de Santa Catarina, sul do Brasil e está inserido na temática da habitação e sustentabilidade urbana a partir da perspectiva da Psicologia Ambiental. A primeira: o processo de apropriação do espaço pelos modos de morar e habitar o lugar realizada no bairro Renascer na periferia da cidade. A segunda: as calçadas como espaços públicos na cidade de Criciúma-SC realizada no bairro Pio Correa na área nobre da cidade. O pressuposto básico é de que a apropriação do espaço por meio da apropriação da casa confere ao habitante o sentimento de pertença, a identidade de lugar, laços com o lugar e o sentimento de cultivação que se traduz no cuidado, na preservação e na defesa da casa e do lugar. O foco da discussão está na noção de que o ambiente existe como um objeto constituído e constituinte da linguagem, cuja complexidade pode ser lida e interpretada como sistema. Dessa forma, conhecer o espaço concreto organizado por determinada pessoa resulta no reconhecê-la em suas expressões de singularidade e em suas determinações sociais, em relação às quais a cultura material e o mundo da natureza têm papel determinante. Observar os diferentes lugares – casa, bairro, cidade –, como linguagem, implica resgatar relações identitárias do eu, de como o mundo toma forma em sua

exterioridade e como a pessoa interioriza esse mundo como parte de si mesma.

Esses são pressupostos da Psicologia Ambiental os quais resultam de pesquisas realizadas na Universidade de Chicago por Proshansky e sua equipe na década de 70 do século passado nos EUA e, mais recentemente, em Barcelona por Pol Valera e outros. No Brasil, por diversas pesquisas e trabalhos apresentados em Encontros Científicos. Os aportes da Psicologia Ambiental vem enriquecer os instrumentos de planejamento urbano na medida em que coloca a construção da subjetividade na relação pessoa/espço e a participação da população como fatores primordiais para a compreensão e solução dos problemas urbanos.

Esse trabalho de investigação e essa reflexão diferenciam-se de outros sobre habitação e sustentabilidade urbana no sentido de não privilegiar somente questões recorrentes como déficit habitacionais, má qualidade física das habitações e outras questões relacionadas aos programas de moradia. A casa, para o ser humano é uma questão complexa, pois tem um papel funcional à medida em que o homem precisa de um abrigo concreto, mas também tem uma dimensão simbólica, ou seja: o lugar onde ele fixa-se no espaço físico, desenvolve seu imaginário,

produz sua subjetividade e constrói seus sonhos. É o abrigo, a proteção e a segurança. O lugar onde moramos define nossa identidade na medida em que dá nosso endereço. A psicologia, por meio de diversos estudos, sabe do quanto é constrangedor e o quanto de insegurança dá ao sujeito o fato de não ter um endereço ou de tê-lo em um local discriminado, como por exemplo, as áreas violentas das periferias urbanas. Nesse sentido a Psicologia Ambiental contribui para a compreensão de como as espacialidades são construídas e o quanto essa questão pode influenciar a produção da subjetividade e, portanto, no comportamento do sujeito que interage na dinâmica da vida urbana.

No debate sobre habitação e sustentabilidade urbana, identificam-se dimensões sociais, políticas econômicas. Este artigo privilegia a discussão na perspectiva da Psicologia Ambiental que considera o espaço urbano como *locus* da produção da subjetividade, dos processos identitários e das relações socioculturais. A possibilidade de entendimento do espaço, enquanto produto histórico e social, abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir da materialização espacial. Esse processo revela uma articulação espaço-tempo, iluminando o plano do vivido: a vida cotidiana e o lugar. O espaço urbano é povoado de lugares criados e recriados pelo sujeito. Desses, o mais importante é a casa que representa: abrigo, proteção, e segurança. No discurso mais estabelecido dos projetos urbanos,

as temáticas da construção da subjetividade e da participação social estão longe de ser o centro das preocupações. A crítica principal é que esses projetos, na maioria das vezes, são imaginados pelos *fazedores da cidade* (arquitetos urbanistas, engenheiros, planejadores urbanos os quais não levam em conta as bases culturais da população a que são destinados. Ao se propor a requalificação ou revitalização, é prudente que se faça uma ausculta à comunidade. A conservação e a sustentabilidade urbana devem fazer parte de um projeto socialmente construído.

A metodologia das referidas pesquisas seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa, sendo o método utilizado o estudo de caso. A análise se dá de forma hermenêutica, ou seja, o texto é discutido no contexto teórico que sustenta as hipóteses da pesquisa. Ao se fazer uma discussão teórica sobre os resultados de uma pesquisa não se está reduzindo o trabalho de investigação há apenas uma discussão bibliográfica ou estado da arte de determinado tema. Por outro lado, este artigo não é apenas o relato da pesquisa. É também a discussão e a reflexão. Os resultados da primeira pesquisa apontam para a efetivação do processo de apropriação da casa pelos moradores do bairro Renascer, na periferia de Criciúma., e os resultados da segunda pesquisa demonstram que a calçadas, no bairro Pio Corrêa, área nobre da cidade, não são consideradas como espaços públicos, mas como extensão dos jardins das casas.

Psicologia Ambiental e Arquitetura – uma questão de complementariedade

O homem e suas extensões constituem um sistema interrelacionado. É um equívoco pensar e agir como se o homem fosse uma coisa e sua casa, suas cidades, sua tecnologia, ou sua língua fossem algo diferente. Essa afirmação parte do reconhecimento da importância do trabalho interdisciplinar no estudo da relação pessoa-ambiente. A Psicologia Ambiental, segundo Azambuja², é o *locus* privilegiado na interseção entre Psicologia e Arquitetura, com especial ênfase para a interrelação ambiente construído/comportamento humano. Este trabalho deseja contribuir, no âmbito da discussão sobre habitação e sustentabilidade urbana, para o resgate da conexão entre Psicologia e Arquitetura e Urbanismo, áreas que trabalham a relação pessoa/ambiente. Segundo Azambuja³, gradualmente a Psicologia ampliou sua área de atuação do indivíduo para o social e o ambiental, complementando seu objeto de estudo de modo a abarcar as interações pessoa-ambiente, contribuindo para um conhecimento mais amplo da realidade por meio de um enfoque interdisciplinar ecológica e humanamente consistente. A Arquitetura, por

sua vez, aos poucos tem deslocado seu olhar da ênfase na análise de aspectos construtivos/funcionais das edificações para a preocupação com a pessoa e o espaço sociocultural como o contexto constitutivo da paisagem. Para Azambuja⁴, o rebatimento de tais estudos não é imediato e simples, de maneira que somente a parceria entre ambas, na realização de trabalhos conjuntos que contemplem as suas especificidades, pode vir a possibilitar a real ampliação dos conhecimentos. Esse esforço passa, necessariamente, pelo enfrentamento das dificuldades no contato entre as áreas, principalmente em função das diferenças de tempo e linguagem. Enquanto para os psicólogos a preocupação está na pessoa, no grupo e no espaço sociocultural cuja compreensão implica longo período de envolvimento. Os problemas que se apresentam aos arquitetos exigem respostas quase imediatas em função de prazos exíguos criados por exigências e práticas institucionais. Dessa forma, segundo o autor, os arquitetos recorrem eminentemente à linguagem gráfica essencial ao processo projetual.

No Brasil, observamos, nos debates e eventos científicos no âmbito dos congressos de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano Regional e outros que a Arquitetura demanda à Psicologia, estudos sobre percepção e instrumentos para análise da

2 Azambuja, 2008

3 Azambuja, 2008

4 Azambuja, 2008

satisfação do cliente. Assim, no ensino da Arquitetura, a Psicologia teria apenas um papel auxiliar. Por outro lado, também observamos esforços e experiências bem sucedidas publicadas nas revistas científicas da área da colaboração e do trabalho conjunto entre Psicologia Ambiental/Arquitetura/Urbanismo. Essa colaboração só é possível porque se dá na ótica da interdisciplinaridade e tem sido abordada por diversos autores, principalmente psicólogos ambientais, arquitetos e outros. Recentemente, segundo Azambuja⁵, Del Rio, Duarte e Rheingantz e Tassara⁶ coordenaram publicações importantes no sentido de reunir obras de autores nacionais e internacionais. Gonçalves⁷, Azambuja⁸, Ornstein⁹ entre outros dedicam-se, no momento atual, a pesquisas interdisciplinares nas áreas de Psicologia Ambiental e Arquitetura. Na década de 70 do século passado, Proshansky¹⁰, na Universidade de Chicago nos EUA, Korosec-Serfaty¹¹ em Louvain la Neuve na Bélgica e 1981 e 1996 Petty; Cacioppo¹² e Sansot¹³ na França, publicaram trabalhos mostrando os resultados de suas pesquisas no *locus* Psicologia Ambiental/Arquitetura.

-
- 5 Azambuja, 2008
6 Tassara, 2001
7 Gonçalves, 2007
8 Azambuja, 1997
9 Ornstein, 2005
10 Proshansky, 1978
11 Korosec-Serfaty, 1986
12 Petty, Cacioppo, 1981
13 Korosec-Serfaty, 1986

ESPAÇO E LUGAR

O lugar é o local privilegiado para o surgimento do sujeito. Por sua vez, os lugares são locais do espaço. Mas espaço é diferente de lugar no sentido de que, nos lugares, o sujeito efetiva o processo de significação. Nos lugares, ele mora, trabalha, caminha, passeia e relaciona-se. Com o corpo, mente e sentimento o indivíduo se torna sujeito. De corpo inteiro e alma atenta, ele se apropria do espaço que sente, observa e vê.

Segundo Santos¹⁴, o espaço é construído e resultado de múltiplas determinações naturais, sociais e culturais. Já para Tuan¹⁵ o espaço é vivenciado por uma experiência que abarca a mente e o sentimento. E finalmente nas palavras de Claval¹⁶, “o espaço, suporte da sociedade, é físico, social e simbólico, onde o sujeito significa. Os nomes dos lugares permitem falar do mundo e discorrer sobre ele, transformando o universo físico em universo socializado”.

Para o autor citado há, no espaço, uma aparente diversidade e uma similitude das dimensões vividas

-
- 14 Santos, 1997, p.71
15 Tuan, 1983, p.9-11
16 Claval, 1999, p.207

pela pessoa. Entendemos que, quando falamos de pessoa e de sujeito, estamos falando do ser humano. Como partimos do enfoque da Psicologia de base psicanalítica, empregamos o conceito de sujeito, que produz subjetividade.

O espaço tem uma relação direta com o corpo humano, direciona-o. Nele os corpos se tocam, mostram-se ou escondem-se. Sabemos que as pessoas existem, porque estão no espaço, ocupando um lugar. O diálogo contínuo, resultante da interação entre os diferentes horizontes subjetivos abertos por experiências concretamente vividas, dá-se no espaço.

As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em complexidade e sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Existem, contudo, certas semelhanças culturais comuns, e essas repousam no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre outras pessoas. O homem, como resultado da experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo as suas necessidades biológicas e de relações sociais¹⁷.

17 Tuan, 1983

Tuan¹⁸ ensina que o homem aprende o mundo ao seu redor de corpo inteiro, ou seja, de forma física, mental e emocionalmente.

O espaço arquitetônico pode agradar aos olhos e ficará mais enriquecido com os odores variados e agradáveis. Estes imprimem caráter a objetos e lugares, tornando-os distintos, fáceis de identificar e lembrar. Os odores são importantes para os seres humanos. O filósofo Fourier¹⁹, em sua obra *La armonia pasional del nuevo mundo*, remete-nos a um devaneio. Um compartimento da casa, a cozinha, que ele imaginava ser um lugar em que estivesse sempre exalando odores agradáveis das ervas, essas serviriam de temperos aos alimentos, estimulando, assim, o apetite e a saúde.

O valor simbólico do espaço que traz as significações produzidas pela ação humana nos conduz a Proshansky²⁰, ao definir o sujeito por sua *identidade topológica* ou *situacional*. Esta se estabelece como uma reação ao ambiente físico, mediante um complexo de idéias, conscientes e inconscientes, de crenças, de preferências, de sentimentos, de valores, de comportamentos e atitudes que se relacionam com o meio ambiente de vida dos sujeitos.

18 Tuan, 1983

19 Fourier, 1973

20 Proshansky, 1976

Um espaço é habitado por corpos concretos, vivos, com artérias e veias, por onde, em movimento contínuo, corre o sangue. Falamos de corpos como também o fazem os autores citados para dar concretude às pessoas e aos sujeitos que, muitas vezes, são vistos pelas ciências sociais como uma categoria meramente teórica, um conceito.

O espaço não é, portanto, apenas uma localização físico-geográfica, é também sociocultural e simbólico. O conceito de espaço, na perspectiva que adotamos, é um movimento da vida que a cada pousada ou cada parada, cria lugares. Como se fosse o vento, ele se expande, ultrapassa fronteiras físicas, políticas e culturais. É recriado dentro de nós, que o imaginamos, simbolizamos, introjetamos e o projetamos ao mesmo tempo.

Na perspectiva de Santos²¹, o espaço se dá no conjunto dos homens que nele se exercem, com valores desiguais. O uso desse espaço seria disputado a cada instante, em função da força de cada um. Santos²² e Tuan²³ trabalham perspectivas diferentes: para aquele, o espaço é o todo de um múltiplo (físico-geográfico, cultural, socioeconômico e político); para este, o espaço é um movimento que se dá com tudo isso. Nesse sentido, a perspectiva de Tuan é mais integradora, pois caminha na direção da geografia cultural, ajudando, dessa

21 Santos, 1997

22 Santos, 1997

23 Tuan, 1983

forma, a esclarecer as possibilidades de trabalhar também com o conceito de espaço na perspectiva da Psicologia.

Homens e mulheres experimentam seus corpos de uma maneira mais passiva do que faziam as pessoas temerosas de suas próprias sensações, como os nossos bisavós, por exemplo, esclarece Sennett²⁴. O que poderá tornar as pessoas mais conscientes umas das outras, mais capacitadas a expressar fisicamente seus afetos? Por que os moradores de determinados bairros de Criciúma, por exemplo, consideram um bom vizinho aquele que não os incomoda e fica quietinho na própria casa? Os espaços de falar e a vida comunitária ficam, assim, cada vez mais fragmentados num espaço urbano dividido, medido, no qual a função de *organizar* a posição dos lugares lhes é peculiar.

A SIMBOLOGIA DA CASA

O convívio caracteriza e inicia a habitação humana à medida que somente em grupo podemos ver o mundo, traduzindo em movimento o infinito e o imutável do cotidiano. “O convívio exige limites que se manifestam desde os seus inícios, como contornos das espacialidades”²⁵. Desde os tempos mais antigos, o homem nunca abandona a busca de seu lugar. Essa busca é constante um caminho a ser percorrido

24 Sennett, 1997

25 De Campos, 2006, p.3

com várias paradas para descanso e repouso. Um fazer transformador do ambiente, dito natural. O homem das cavernas, por exemplo, quando se deu conta de sua fragilidade no meio natural foi em busca constante da proteção da casa que, naquele momento, o que lhe era possível era justamente a caverna. Já, na época, sentiu a necessidade do convívio. Os animais foram seus primeiros amigos.

O que organiza o espaço, visando a uma viabilidade do convívio, é uma busca da construção de um espaço especificamente humano. A capacidade de adaptação do homem faz com que construa seu abrigo com o que a natureza e as circunstâncias lhe permitem. Mesmo o iglu do esquimó, aparentemente gelado, é extremamente quente e aconchegante, porque o homem, por meio da simbologia, assim o faz. A necessidade de dar sentido àquele ambiente faz com que o homem reproduza a percepção de seu entorno retratando nas paredes da caverna cenas de seu cotidiano. E começa, então, a diferenciação do mundo animal, seu papel é agora social.

Os nômades do deserto, acostumados a uma certa liberdade, andando sem parar, sentem uma necessidade de aportar em algum lugar, por algum tempo, e ali constroem o seu abrigo. Por mais peregrino que seja, há um momento em que o homem precisa de um ancoradouro.

Quem trabalha com o ambiente, sobretudo o das cidades, deverá ter em conta que está lidando com seres humanos detentores de vontades e desejos que impulsionam ações concretas. Essas ações expressam as diversas relações que o sujeito estabelece com o seu meio. O preço de recusar-se a compreender essa necessidade profunda do homem já causou um grande mal estar, angústia e depressão, tanto nos que se colocam como construtores da cidade (arquitetos, engenheiros e afins) como os construtores anônimos que fazem a cidade pelas *bordas*, ou seja, produzem o urbano pela periferia.

A cidade não é um mosaico de edificações, traçados, desenhos que organizam o espaço. Ela, no dizer de Oliva²⁶, “é um conjunto de máxima concentração e diversidade de objetos geográficos que acomoda grandes contingentes de populações em distância mínima e atua como estimuladoras de relações sociais”. A cidade é produzida pela intencionalidade humana. É essa intencionalidade que move as configurações que organizam e produzem a cidade e as fazem reagir sobre nós. Os atos de relacionar-se e coexistir são as condições universais e fundamento do ser social.

Nas práticas de criação de espacialidades, a teoria sempre deve conter a perspectiva do outro, reconhecendo-o no lugar de representação. O

26 Oliva, 2003, p.73

homem precisa do recolhimento e da intimidade da casa, mas, por outro lado, precisa da relação com o outro. A rua, simbolicamente, é o lugar do outro.

Vivemos em um mundo em que as pessoas estão cada vez mais despercebidas. Nossos sentidos estão anestesiados como diz Sennett²⁷. As liberdades e as espacialidades impessoalizadas fazem os sujeitos ao mesmo tempo empreenderem uma busca desenfreada por identificações e referências e, por outro lado, quererem desfrutar esse espaço do vazio, em que terão um tempo infinito para se reencontrarem. É o caso dos *sem-nome* e *sem-número*, submetidos a uma miséria radical, sem escolha na perspectiva de Benko²⁸.

Uma des-habitação e uma desterritorialização têm levado os sujeitos a perda da identidade de lugar e, por consequência, a perda da própria identidade. Se construo minha identidade pelo outro, ou seja, se sei que sou eu porque o outro existe, o espaço deveria incluir, assim, uma óbvia possibilidade de vida, de convívio e de sobrevivência.

A POÉTICA DO HABITAR

O homem, tanto no plano concreto como simbólico, precisa do abrigo da casa. É o seu bem maior ter um abrigo no qual possa sonhar, refazer

suas forças, alimentar-se da seiva da vida com a uma segurança de estar abrigado, protegido. Não somente os pobres desejam isso, mas também os ricos dos devaneios de Baudelaire (o homem querendo mais neve, mais granizo, um frio rude para cada vez mais se sentir protegido dentro de sua casa ao pé da lareira, tomando um bom vinho). “O sonhador pede um inverno rude, pede ao céu tanta neve, granizo e geada quanto possível. É preciso que haja um inverno canadense, um inverno russo, seu ninho será mais quente, mais amado, pesadas cortinas que ondulem até o chão. Atrás das cortinas escuras parece que a neve é mais branca”²⁹.

A casa, vista como abrigo, como protetora, também é o lugar de nossos sonhos. E nela que o sujeito cria seus lugares mais íntimos. Em busca da casa, todos vamos. Foi nela que nascemos e crescemos. A casa, lugar do espaço em que o sujeito se referencia. Na perspectiva de Baudelaire³⁰, perguntaríamos: uma bela casa não torna o inverno mais poético, e este não aumenta a poesia da habitação?

A casa como abrigo, *repouso do guerreiro*. Quantas lutas tiveram os moradores do bairro Renascer para conquistar esse abrigo! Casa velha, de tábuas velhas, repouso seguro para o catador de papel, um dos moradores, depois de um dia de caminhada pela cidade com seu cavalo e sua carroça l. Casa na qual as flores do jardim são o lixo que recolheu

27 Sennett, 1997

28 Benko, 2002

29 Baudelaire apud Bachelard, 1998, p. 56

30 Baudelaire, 1997

na cidade. Dentro dela, na sala, uma guampa trabalhada enfeitada a parede sobre um pano branco ao lado de uma tábua vermelha, cuja pintura não está terminada. A imagem poética do morador, uma parede enfeitada com uma guampa e um pano branco. Ou no devaneio Altman descrito por Bachelard: “A casa apertou-se contra mim como uma bola e, por momentos, senti seu cheiro descer maternalmente até meu coração. Naquela noite ela foi realmente minha mãe”³¹.

“Digo minha mãe. E é em ti, ó casa! Casa dos belos estios obscuros de minha infância”³².

A imagem poética é evocativa. O inverno evocado é um esforço da felicidade de habitar. No mundo, fora de casa, a neve apaga os passos, embaralha os caminhos, abafa os ruídos, mascara as cores. Sente-se em ação uma negação cósmica pela brancura universo. “Do inverno a casa recebe reservas de intimidade”³³. O sonhador da casa sente tudo isso e, pela diminuição do ser do mundo exterior, um aumento de intensidade de todos os valores de intimidade.

O devaneio é o momento da condição humana, em que reside sua liberdade essencial. É momento poético que está dentro do espaço psicológico. O objeto poético intermedeia a relação com o

sujeito e é carregado de significados de todos, da humanidade. Então uma obra de arte, mesmo sendo apenas de um, é, ao mesmo tempo, obra da humanidade. “Muitas vezes, bem antes do tempo em que comecei a ler diariamente os poetas, eu dizia a mim mesmo que gostaria de habitar uma casa como as que se vêem nas gravuras. A casa rústica, a casa feia com madeira talhada atraía-me mais. Parece-me que as madeiras talhadas exigem simplicidade. Por elas meus devaneios habitavam a casa essencial. Eu acreditava que esses desenhos ingênuos fossem só meus, mas qual não foi minha surpresa quando encontrei traços deles em minhas leituras!”³⁴.

O devaneio permite que a imagem da casa assuma uma leveza, *leveza aérea*, como diz Bachelard³⁵, como se ela integrasse o vento. A casa é um *ser* intensamente terrestre, mas registra, apesar disso, os apelos de um mundo aéreo, de um mundo celeste. As torres das igrejas e os monumentos altos parecem querer tocar esse mundo celeste. O sótão da casa que, com barulhos de folhagens, faz Claude Hartmann³⁶ escrever: “Pela escada das árvores nós subimos”.

Nesse devaneio, o céu é como se fosse o terraço de uma casa para o qual se subiria pela *escada das árvores*. A casa seria um ponto a interagir com os

31 Bachelard, 1998, p.61

32 Milosz apud Bachelard, 1998, p. 61

33 Bachelard, 1998, p.57

34 Bachelard, 1998, p.64-64

35 Bachelard, 1998

36 apud Bachelard, 1998, p. 64-65

elementos da natureza, como o vento. Seria uma imagem inspiradora e não descritiva, pois ela é criada no momento poético.

Dessa perspectiva, a casa, a habitação, não pode ser resumida apenas em uma questão que diz respeito às políticas públicas e sociais. A casa diz respeito à condição humana. A ação de habitar é a construção do espaço simbólico.

A casa e seu entorno podem ser espaços de trocas afetivas, permitindo uma interação satisfatória em termos de sociabilidade, em que é possível desenvolver e cultivar os valores éticos e de solidariedade. O bairro é o *pedaço* da cidade que está mais próximo do sujeito. Mas é na casa que o sujeito ancora.

A casa concreta, que já foi sonho, hoje é um objeto material. Esses moradores recriam, na casa, os conteúdos simbólicos e culturais do inventário de suas histórias de vida. Uma das moradoras, por exemplo, refaz, na sua cozinha, o ambiente da casa serrana da sua infância e juventude: o fogão à lenha e outros objetos, típicos da serra. Outro recria o sítio de seu sonho, nos cinco lotes, nos quais cuida de suas vacas. Uma moradora coloca, no lugar preferido de sua casa (varanda), a rede, objeto da cultura “praiana” da cidade onde nasceu: Laguna.

O bairro habitado é percebido como um *nicho* familiar, sobretudo se a arquitetura atribuir-lhe uma certa especificidade sociológica³⁷.

O modo de morar e habitar o lugar reflete o desejo do sujeito, tanto dos que habitam os lugares urbanos planejados e “urbanizados”, com toda a infra-estrutura urbana, quanto daqueles que moram nas barrancas dos rios e nos amontoados de rejeitos de carvão, em Criciúma.

A CASA E O CORPO

O corpo, como diz Yi-Fu Tuan³⁸, ocupa o espaço e, ao mesmo tempo, retrata a cultura ali construída. O corpo que abriga a estrutura psíquica e os sentimentos também pode ser considerado como uma linguagem. Assim como a casa, os corpos falam de um tempo e de uma cultura.

O corpo está no mundo e o ocupa. Quando empregamos os termos *homem e mundo*, não pensamos apenas naquele como um objeto do mundo, ocupando uma pequena parte do seu espaço, mas habitando o mundo, relacionando-se com os outros seres, criando. De fato, o simples termo mundo contém e conjuga o homem em seu ambiente, no qual homem e mundo indicam idéias complexas.

37 Claval, 1999

38 Tuan, 1983

O corpo é vivo e espalha-se no espaço, ocupando vários lugares e demarcando territórios. Os corpos de homens, mulheres e crianças, dos homossexuais, dos pobres e dos rejeitados, sobre os rejeitos de carvão, ocupam os lugares do espaço. Sem a presença dos corpos, eles não seriam percebidos e nem incomodariam. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em complexidade e sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Existem, contudo, certas semelhanças culturais comuns, e estas repousam no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre outras pessoas. O homem, como resultado da experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo as suas necessidades biológicas e de relações sociais³⁹.

O objetivo de libertar o corpo da resistência associa-se ao medo do contato, evidente no desenho urbano. Ao planejar uma via pública, por exemplo, os urbanistas freqüentemente direcionam o fluxo de tráfego de modo a isolar uma comunidade residencial de uma área comercial, ou dirigi-lo por meio de bairros de moradia, separando zonas pobres e ricas, ou etnicamente diversas. À medida que a população cresce, os prédios escolares e as

casas situam-se na periferia, para evitar o contato com estranhos.

As ausências da cidade gritam na indiferença trágica das administrações e dos teóricos que pensam sujeitos sociais incorpóreos, desvitalizados de suas subjetividades indomáveis e, ao mesmo tempo, imaginariamente padronizados ou excluídos em desvios, que também eliminariam o que é essencial para o sujeito: a sua singularidade.

Essa carência, evidenciada pela dispersão geográfica das cidades contemporâneas, aliadas às modernas tecnologias para entorpecer o corpo humano, levou, na visão de Sennett⁴⁰, alguns críticos de nossa cultura a consignarem uma divisão profunda entre o presente e o passado.

A plenitude dos sentidos e a atividade do corpo foram de tal forma erodidas que a sociedade atual aparece como um fenômeno histórico sem precedentes. Os primeiros indícios dessa transformação são perceptíveis, segundo esses críticos, a partir das mudanças de perfil da população das cidades.

A natureza do objeto arquitetônico implica na existência de características conceituais referentes à condição humana da qual a arquitetura é o reflexo.

A casa é o elo com o espaço externo fazendo a conexão como se fosse o *cordão umbilical*. O diálogo

39 Tuan, 1983

40 Sennett, 1997

contínuo, resultante da interação entre os diferentes horizontes subjetivos abertos por experiências concretamente vividas, dá-se no espaço. Neste, está a casa como o lugar mais íntimo, que o homem se apropria de corpo e alma. A apropriação do espaço da casa implica, ao sujeito, em configurá-la às suas necessidades tanto materiais (conforto), como imateriais (lugar da significação, da expressão dos sentidos e da dimensão simbólica). Dessa forma, uma outra perspectiva se abre para a arquitetura edificar ou construir habitações e cidades, espacialidades que dizem respeito à condição e aspiração humanas.

HABITAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A dimensão cultural é determinante para a noção de qualidade de vida, pois aquela sugere que o processo de produção e de satisfação das necessidades seja complexo. Esta supera a divisão simplista entre a necessidade objetiva e a de caráter subjetivo, assim como também a dicotomia entre fatores biológicos e psicológicos, incorporando a determinação cultural das necessidades.

Vimos que a casa tem uma dimensão funcional e uma dimensão simbólica. Qual a importância da habitação nos níveis de qualidade de vida? Em primeiro lugar não podemos isolar a casa de seu entorno. Quando se fala em moradia, fala-se de espaço em que o sujeito transita, trabalha, vive descansa, sonha. O local da habitação diz de sua

qualidade. O que vemos de nossa janela, com o que nos deparamos quando saímos de nossa porta vai influenciar diretamente no nosso bem estar e, portanto, na nossa qualidade de vida. Dessa forma, ao falarmos de habitação e sustentabilidade urbana, necessariamente, falamos de espaços urbanos.

A noção de qualidade de vida traz, em suas análises, as noções de bem-estar, nível de ingresso, condições existenciais e estilos de vida, que se entrecruzam com processos econômicos e ideológicos na definição de demandas simbólicas e materiais, na imposição de modelos de satisfação com os apelos da propaganda que manipula o desejo das pessoas.

Os valores culturais determinam a estruturação das necessidades e da demanda social, assim como dos meios para satisfazê-las. Existem diferentes vias para estabelecer uma qualidade de vida, que vão desde as formas menos materiais até as mais refinadas de cultura.

O que é mais importante para uma pessoa num determinado momento? Quem possui casa, carro, emprego, seguro-saúde, escola garantida para os filhos, tem expectativa diferente em relação à qualidade de vida de quem mora na favela? A noção de qualidade de vida implica abertura dos desejos e das aspirações para além da satisfação das necessidades básicas. Requer desejo de cidadania, participação garantida na gestão da solidariedade e os direitos e bens comuns, além de esperança e felicidade.

A qualidade de vida recoloca os valores associados com as restrições de consumo, estímulo e crescimento econômico, satisfação das necessidades individuais diante das exigências para a reprodução social; questiona, ainda, os benefícios alcançados pelas economias de escala, de aglomeração e a racionalidade do consumo que tende a maximizar o benefício presente em prejuízo do futuro.

O conceito de qualidade de vida traz consigo um esforço por *humanizar* o consumo e para explicar e hierarquizar as necessidades básicas⁴¹. Segundo o autor Galloping, entretanto, muitos desses esforços não conseguem superar a racionalidade produtiva dominante. Assim, essa racionalidade não é questionada na perspectiva ambiental, das necessidades psicológicas e de bem estar. Por exemplo, é reconhecida a importância do acesso ao trabalho produtivo, a certas *amenidades* recreativas e à participação nas tomadas de decisão. Por outro lado, contudo, não se colocam as necessidades, como as de autogestão aos recursos, do rompimento dos atuais padrões de consumo e as implicações macromecânicas, que gerariam maior auto-suficiência das comunidades fundadas em consumo diversificado. Da mesma forma quando se fala de qualidade da habitação, não se ultrapassa os elementos como tamanho, tipo de materiais empregados e o *design*. Isso leva a uma redefinição das necessidades básicas,

41 Galloping, 1982

como nutrição, saúde, moradia, vestuário, educação, emprego e participação. Uma questão importante para análise da qualidade de vida é a percepção que as pessoas têm das suas condições de existência. Isso passa pela compreensão de que o mundo interno do sujeito é constituído pela internalização do mundo externo⁴². A forma de internalizar depende de cada indivíduo, e as comunidades urbanas e rurais podem perceber de modo diferente problemas e situações. Cada indivíduo, conforme a cultura, internaliza signos de *status* e de noções de modernidade, vistos como melhoria de sua qualidade de vida, sem perceber as disfunções e as não-adaptações que podem ocorrer no seu estado de saúde e no bem-estar geral. Nesse sentido, a percepção das condições de existência gera processos de adaptação às situações impostas ou a mobilização social em protestos, incorporando-se ao indivíduo em suas lutas demandadas por novas formas de satisfação de necessidades, fora das normas estabelecidas pelos benefícios da economia de mercado.

SOBRE A SUSTENTABILIDADE URBANA

A cidade é, sob o ponto de vista do uso do solo ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço da produção, do comércio e dos serviços. Acontece, porém, que não é tão simples definir

42 Pichón, 1983

as cidades. Souza⁴³ refere-se ao termo qualidade de vida ligado à cidade que significa a crescente satisfação das necessidades humanas, tanto básicas materiais, quanto imateriais. Esse posicionamento do autor passa pela discussão de que qualidade de vida tem a ver com justiça social. Amartya Sen⁴⁴ oferece uma reflexão consistente acerca da questão da existência de igualdade no contexto em que ele examina criticamente o pensamento político-filosófico e ético de autores, como John Rawls. Sen⁴⁵ preocupa-se com o caráter simplificador e homogeneizador a propósito da “igualdade de oportunidades”, como se todos os indivíduos possuíssem as mesmas necessidades e as mesmas oportunidades. Essa denúncia de Sen⁴⁶, de que pouquíssimo espaço normalmente é deixado para a questão da diferença entre os seres humanos, remete-o para uma interpretação do problema da desigualdade e da exigência de igualdade que leva, a sério, as diversidades subjetivas e as necessidades individuais. Apesar de ser economista, Sen⁴⁷ observa que o termo igualdade não pode ser interpretado apenas como igualdade econômica, o que inclui esta sob o ponto de vista da liberdade.

Remetendo-nos à cidade, a igualdade, aqui referida, seria a chance da liberdade substantiva de

todos os cidadãos, quer dizer, que o acesso a todas as benesses da cidade fossem equânimes. Então, poderíamos falar em desenvolvimento sócio-espacial justo.

Oliva⁴⁸ discute a cidade como ator social, ou seja, produto e produtora das ações sociais, substância do espaço geográfico. Como consequência, uma dada produção ou uma organização do espaço são produtos da ação humana, da sociedade, o verdadeiro sujeito do processo. O autor ressalta que essa postura que dá *status* à cidade de ator social só é possível em uma concepção de espaço relativo, uma vez que tem pouca presença no conhecimento geral das ciências humanas, inclusive no interior da geografia e da arquitetura.

Na discussão da cidade como ator social, a Psicologia Ambiental tem dado uma grande contribuição quando diz que a cidade se faz pelas espacialidades criadas ou engendradas pelo ser humano que, na relação com o espaço urbano, constrói a sua subjetividade, a sua cultura e a sua identidade como um *ser urbano*. Cidade para os cidadãos: essa é a premissa da Psicologia Ambiental. Tendo a posse legal da moradia ou não, seus habitantes irão defendê-la, cultivá-la no sentido de cuidados e

43 Souza, 2002

44 Sen, 2001

45 Sen, 2001

46 Sen, 2001

47 Sen, 2001

48 Oliva, 2003

preservação. A tese é de que uma cidade apropriada pelos seus habitantes, ou seja, eles sentindo-se pertencentes a ela irão lutar por ela e ao fazer isso vão lutar por si mesmo, na busca da efetivação das políticas públicas, do bem estar e da qualidade de vida. As pesquisas, ora em discussão demonstraram isso. Os moradores que se apropriaram da casa são os que participam de movimentos sociais, têm um sentimento maior da vida comunitária, uma fruição poética com a cidade.

A cidade, como realização humana, é um fazer-se constante ininterrupto. Segundo Alessandri⁴⁹, no Brasil, esse fazer-se aniquila o que já está produzido, a fim de criar mais e infinitamente novas formas. As metamorfoses da cidade produzem as imagens da ruína e da devastação modernas. Por isso muitos falam da cidade, associando-a à idéia de caos. Alessandri⁵⁰ sugere que analisemos a cidade por dentro, quer dizer que reflitamos sobre sua natureza. Nessa perspectiva, a cidade tem a dimensão do humano, reproduzindo-se por intermédio do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico. Esse modo de vida dá o modo de morar e habitar a cidade. Por outro lado, devemos considerar que o habitar inclui, além da casa, o seu entorno. A pessoa gosta e apropria-se da casa e de seu bairro. Esse é um fator de sustentabilidade urbana. O que a cidade de Criciúma demonstra

pelas reuniões comunitárias de seu plano diretor é que a efetiva participação se dá pela maior expressão do sentimento de pertença. Durante muito tempo, a cidade foi analisada pela geografia, apenas por meio de seus aspectos exteriores, descrevendo o sítio topográfico em que o plano modelava a forma da cidade. A arquitetura também tem tido essa prática de analisar a cidade pelo seu traçado, pela sua forma exterior, sobrepondo, portanto, a forma ao conteúdo.

A sociedade capitalista, segundo Alessandri⁵¹, gera e alimenta esse traçado, provoca lutas e disputas entre esses moradores, originando, assim, a paisagem urbana consumista atual. “O espaço é o resultado do lugar de encontro entre os indivíduos da cidade (aglomeramento) é o espaço ideal para o capital que liga o produto ao comprador num ambiente em que se sente muito confortável para sair de casa e consumir”⁵².

O planejamento urbano determina onde devem ficar as fábricas, o comércio e as moradias dos ricos e dos pobres. Hoje em dia não se comenta onde estão os lugares de fala, de expressão das artes coletiva e individual. As praças, a maioria delas, nas cidades do terceiro mundo, deixam as pessoas reféns dos perigos. Parece que dos gregos só herdamos o conceito de democracia, pois, na

49 Alessandri, 2003

50 Alessandri, 2003

51 Alessandri, 2003

52 Alessandri, 2003, p.71

Grécia Antiga, a democracia só era possível pelos vários e muitos lugares de fala.

O planejamento e desenho urbanos, classificados como ortodoxos por Jacobs⁵³, são objetos de uma crítica radical por parte da autora citada. Segundo ela, são responsáveis pela *grande praga* da monotonia que assola os espaços monumentais, padronizados vazios, sem vida ou sem usuários. Ela chama esses espaços como expressões da anticidade ou da *urbanização inurbana* fruto de uma pseudo-ciência que é incapaz de olhar para a cidade real e aprender as lições que ela pode transmitir a todo instante. Ela está se referindo à construção de praças e parques urbanos que não levam em conta as bases culturais dos moradores do entorno e da própria cidade.

Por outro lado, Oliva⁵⁴ traz a importância da diversidade cultural para o desenvolvimento e sustentabilidade das cidades, baseado no princípio de que a diferença é o motor que gera a participação e a construção de uma linguagem competente na produção social das cidades. A defesa da diversidade, segundo Jacobs, seria um antídoto para grande parte dos males urbanos. Diversidade costumes, de usos dos espaços, de nível socioeconômico da população, de tipologias das edificações, etc.

53 Jacobs, 2003

54 Oliva, 2003

A auto-gestão democrática é que garante o sucesso dos bairros e distritos que apresentam maior vitalidade e segurança. A polícia, por si só e outras medidas coercitivas, segundo a autora, não garantem a segurança pública urbana. O mais importante é manter um fluxo ininterrupto de pessoas, além da existência do que a autora chama de *proprietários da rua*, os quais são os donos de pequenos comércios, como: padaria, mercearias, lojas, pequenos serviços, que a autora chama de *figura pública auto-nomeada*. A vida pública informal impulsiona a vida pública formal e associativa. Os espaços fundamentais, em que essa diversidade ocorre com intensidade, são as ruas e as calçadas. A partir dos contatos na rua, segundo Jacobs⁵⁵, pode florescer a vida pública exuberante na cidade. Sugere diferentes usos ou funções para as calçadas, concebendo-as como o cartão de visita.

O termo segurança tem sido empregado com muita frequência na atualidade. Se clamamos por segurança é porque há insegurança em toda a parte. Vemos as cidades brasileiras, não só as grandes metrópoles, mas também cidades de médio porte serem palcos de cenas sangrentas de violência, em que o cotidiano das pessoas é marcado pelo medo de morrer a qualquer momento. Se em uma metrópole como a cidade do Rio de Janeiro, a guerra urbana está explícita, nas pequenas e médias

55 Jacobs, 2003

ciudades está implícita nos espaços abandonados, sem infraestrutura adequada, principalmente nas periferias urbanas. Em 2007, em Criciúma, o noticiário da mídia local mostrava que moradores de um bairro periférico estavam tendo suas casas agredidas por pedradas e furtos, e a polícia não conseguia identificar os agressores que se escondiam em um matagal próximo. Se houvesse uma cultura pública, tanto por parte dos gestores da cidade quanto de seus moradores, esses problemas, pelo menos, seriam minimizados.

Um exemplo notável das práticas anticidades que rebaixam sua urbanidade está presente no livro de Russel Jacoby⁵⁶, ao tratar da cultura-norte americana, diz que a *chave* dessa crise está no fato de os intelectuais autônomos terem se transferidos para as universidades. Com isso, perderam a possibilidade de estarem próximos desse *fervilhamento* da vida urbana e registrarem os flagrantes urbanos: a circulação e movimentação das pessoas.

Dessa forma, a cultura pública perdeu pujança. A essa cultura pública Jacoby denominou de *inteligência urbana*, em função de sua riqueza estar intimamente ligada aos estilos de vida dos centros urbanos. Jacoby⁵⁷ fala que a intelectualidade vai perder qualidade nos “ambientes estéreis dos *campi* universitários, ao passo que a inteligência

crítica era fertilizada nos ambientes urbanos que continham diversidade, em especial em “meios urbanos precários”, com ruas movimentadas, restaurantes simples e baratos e arredores decentes” há dois inícios de citação direta e nenhum termino. Assim sendo, os intelectuais ficaram alijados dos contextos sociais que proporcionavam relações fecundas e alimentavam a criatividade com a troca de saberes. Isso remete diretamente ao profissional, o arquiteto urbanista, que, em seu escritório repleto de instrumentos tecnológicos, busca soluções para uma infinidade de problemas urbanos e acaba aplicando-os de forma incorreta por não ter o alcance da dimensão social da arquitetura. Um dos focos a ser pensado, nessa discussão, é o papel do urbanista na sociedade atual, visando à busca de soluções adequadas aos problemas na forma como eles se apresentam na contemporaneidade.

Segundo Oliva⁵⁸, a cidade com urbanidade contém uma dimensão ética, forjada pela necessidade da coexistência pacífica e cotidiana com a diferença. A possibilidade dessa convivência significa uma aprendizagem progressiva de posturas orientadas pelo entendimento, pelo acordo e pela tolerância. A cidade seria, então, a condição espacial da realização de valores libertários e da configuração dos direitos humanos.

56 Jacoby, 1990

57 Jacoby, 1990

58 Oliva, 2003

Conclusão

A questão da sustentabilidade urbana está ligada à efetivação das políticas públicas ligadas à realização plena da cidadania. Isso pressupõe que o ser urbano necessita satisfazer suas necessidades tanto materiais quanto imateriais o que implica, necessariamente, aportar uma nova concepção de espaço urbano e uma concepção de sujeito.

A apropriação da casa passa pelo processo de apropriação do espaço urbano. Isso, segundo Gonçalves⁵⁹, implica na utilização de vários processos psicológicos sendo os principais: cognitivo, afetivo, interativo, simbólico e estético e em uma nova percepção e entendimento da relação sujeito e espaço. Assim, gera-se o convívio dos habitantes que traçam o que é a cidade: o lugar de produção da subjetividade e um emaranhado de acessos às suas necessidades. A casa apropriada é um fator de sustentabilidade urbana no sentido de que os moradores vão lutar e preservar esse espaço e, dessa forma, contribuirão para a efetivação e melhoria das políticas públicas.

Os estudos de Psicologia Ambiental sobre o meio urbano e a habitação têm contribuído para uma reavaliação da importância dos lugares de poética para os que trabalham a intervenção urbana, desde áreas vinculadas à saúde e às ciências ambientais, sociais e, principalmente, à arquitetura.

59 Gonçalves, 2007

A cidade se faz representar e dar-se a conhecer pelas suas imagens. As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento. Signos entendidos como unidade lingüística construída pela associação de um significante e de um significado. O significante é o que significa, no caso o sujeito. E significado é o sentido dado pelo sujeito e concretamente expressado.

Essa perspectiva faz com que o ambiente resulte da sedimentação do tempo pessoal e coletivo, e os lugares da poética configurem um conjunto de forças evocativas do ser no mundo, as quais se traduzem como o *espírito do lugar*. Memória pessoal e social, sentimento de pertença, fruição, experiências estéticas, são, portanto, integradoras da consciência.

O espaço urbano constrói lugares de acumulação. A partir disso, inicia-se um processo de setorização da cidade, com cada função no seu espaço, e um intercâmbio entre elas. A cidade é o que o capitalismo lhe impõe, diz Alessandri⁶⁰. Devido a isso, as classes sociais mais pobres vão sendo expulsas para as zonas periféricas, distanciando o acesso às benesses urbanas. Aos ricos, a cidade parece ser apenas aquilo que os olhos vêem, diferente da realidade dos que não têm acesso, por viverem nas periferias ou favelas. Conforme a cidade cresce, a especulação imobiliária chega

60 Alessandri, 2003

expulsando os pobres. Gonçalves⁶¹, pesquisando o bairro Renascer, em Criciúma, no estado de Santa Catarina no sul do Brasil, descobriu que lá existem três categorias de moradores: os expulsos da terra, os expulsos da cidade e os flutuantes, o que vem corroborar a tese de Alessandri⁶², ou seja, os pobres são empurrados para as periferias.

A *primeira pesquisa* investigou o processo de *morar* e *habitar* no sentido de que *morar* tem um sentido meramente funcional e *habitar* incorpora o processo de apropriação da casa e seu entorno sociofísico. Nesta pesquisa os sujeitos foram analisados nas dimensões poética, psicológica e sociológica. A poética compreendida como uma dimensão psicológica mais profunda, ou seja, na qual está a fonte da criatividade humana; a psicológica em que se localizam os processos cognitivos, afetivos e interativos; a dimensão social na qual são analisadas as questões do acesso ao desenvolvimento e à questão da liberdade.

A poética, nas perspectivas de Croce⁶³ e de Paz⁶⁴, remeteu-nos a uma concepção de pesquisa na área da psicologia ambiental, que detectou a fruição, os momentos e a síntese poética na fala, nas expressões não-verbais (desenhos e fotografias), na casa, no entorno e na cidade dos moradores do

bairro Renascer/Mina Quatro que participaram da pesquisa.

O elemento poético fazendo uma ancoragem material no espaço, levou-nos a uma outra instância de compreensão da realidade concreta, a do meio ambiente concreto. Essa realidade é construída pelo sujeito que deixa nela, a sua marca, a de sua subjetividade, de sua afetividade, que se materializam no objeto concreto, a casa, embora esteja carregado de significados e de emoção.

A ação *habitar* é a de construção do espaço simbólico. Todos os entrevistados do bairro Renascer moram e habitam a casa, com exceção de um que mora na casa e habita a oficina. Têm com ela uma fruição poética. Com o bairro, têm uma ligação funcional, com exceção de dois moradores. Dessa forma, a maioria, ainda não habita o bairro, porque não faz uma recriação coletiva do espaço simbólico do lugar, porém, já está em processo de apropriação do bairro.

A *segunda pesquisa demonstrou* que as calçadas em Criciúma são consideradas como espaços privados e não como espaços públicos. Aparecem, em sua grande maioria, como extensão dos jardins particulares.

61 Gonçalves, 2002

62 Alessandri, 2003

63 Croce, 1997

64 apud Tassara, 2001

Essas pesquisas demonstraram como se dá o processo de apropriação do espaço em um bairro nobre da região central da cidade e em um bairro pobre com a maioria da população excluída da sociedade, não-intitulada, trazendo, em sua história de vida, uma bagagem de desamparo, frustração, desenraizamento, negação da identidade cultural, rupturas de laços afetivos, causados, entre outros fatores, pela vida errante que levaram. Essas pessoas sempre estiveram em peregrinação, indo sempre ao encontro da sobrevivência. Mesmo assim, suas subjetividades não se desintegraram, e tiveram uma família, um ponto fixo. Isso possibilitou o acesso ao momento poético, ao *instante consagrado*, na perspectiva de Paz⁶⁵ quando todos fizeram a síntese poética com a casa. Recriam, na casa, os conteúdos simbólicos e culturais do inventário de suas histórias de vida. Também mostraram que os espaços públicos não são considerados como tais. O exemplo demonstrado é o uso das calçadas como espaços particulares.

A pesquisa de campo dá a possibilidade do contato direto, da escuta da comunidade. Dessa forma o pesquisador dá voz às pessoas muitas vezes esquecidas e escondidas quer na periferia, quer na “segurança” de suas casas bem feitas em bairros com boa infraestrutura urbana.

O planejamento urbano e os programas de habitação e zoneamento das cidades seriam mais eficazes

se levassem em conta estudos que contemplem a questão da subjetividade nos processos de produção da cidade. A sustentabilidade urbana se dá por múltiplos fatores. Entre estes está a questão de que hoje vivemos em um mundo globalizado onde a sociedade de mercado propicia novas configurações das cidades. Isso implica diretamente na gestão urbana que, por sua vez, implica na efetividade eficiente das políticas públicas. Porém, diversos os atores sociais que produzem a cidade devem ser considerados como autores legítimos da cultura e da vida urbana e como tais considerados no planejamento e intervenções urbanas.

Bibliografía

- ALESSANDRI Carlos, Ana Fani. A Cidade-repensando a geografia. São Paulo: Contexto, 2003.
- AZAMBUJA Elali, Gleice. Psicologia e Arquitetura: em busca do lócus interdisciplinar. Revista Estudos em Psicologia. 1997. Vol.2 Nº 2. pág. 349-362.
- BACHELARD, Gaston. A poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BENKO, Georges. Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

- CLAVAL, Paul.** A geografia cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.
- CROCE, Benedetto.** Breviário de estética. São Paulo: Ática, 1997. 207 p.
- DE CAMPOS Valadares, Jorge.** Qualidade do espaço e habitação humana. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2000. Vol 5, Nº1, pág. 83-98.
- FOURIER, Charles.** La armonia pasional del nuevo mundo. Madrid: Taurus, 1973.
- GALLOPING, G.** Calidad de vida y necesidades humanas, sistemas ambientales venezolanos. Caracas: Marnr, 1982.
- GONÇALVES, Teresinha Maria.** Cidade e Poética – Um estudo de Psicologia Ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.
- GONÇALVES, Teresinha Maria.** O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar: Uma abordagem psicossócio-ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma-SC. Curitiba, Brasil, Universidade Federal do Paraná. 2002. 261p.
- JACOBS, Jane.** Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JACOBY, Russel.** Os últimos Intelectuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- KOROSEC-SERFATY, P.** L'appropriation de l'espace. IAPC-3. Strasbourg-Louvain la Neuve: CIACO, 1986.
- OLIVA, Jaime Tadeu.** A cidade como ator social. A força da urbanidade. Em ALESSANDRI Carlos, Ana Fani; GERAIGES Lemos, Amália Inês (Orgs). Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.
- ORNSTEIN, S.W.** Arquitetura, Urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. Revista da USP. 2005. Vol 16, Nº12, pág. 155-165.
- PAZ, Octávio.** El arco y la lira. In faltam o autor la casa de la presencia. México: Fondo de cultura Económica, 1994, p.27-38.
- PETTY, R.E.; CACIOPPO, J.T.** Attitudes and Persuasion: Classis and Contemporary Approaches. Dubuque: Brown, 1981.
- PICHÓN Rivière, Enrique.** O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PROSHANSKY, H.M.** The city and self-identity. Environment an behavior, 10 (2), 1978, p. 147-169.
- PROSHANSKY, H.M.; Fabian, A.K.; KAMINOFF, R.** Appropriation et nonappropriation (misappropriation) de l'espace. [s.l.:s.n.], 1976.
- SANSOT, P.** Poétique de la Ville. Paris: Armand Colin, 1996.
- SANTOS, Milton.** Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SEN, Amartya.** Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNETT, Richard.** Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

TASSARA, Eda T.O.; RABINOVICH, E.P. A invenção do urbano e o poético: uma cartografia afetiva – Estudo sobre o bairro paulistano da Barra Funda. In: PINHEIRO, José Q. (org.) Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2001. 268p.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: UNESP, 1983.